



Trabalho vencedor na Sessão Distrital
Representará Viseu na Sessão Nacional

CONCURSO EUROSCOLA

EDIÇÃO 2009/2010

Tema – Luta contra a pobreza e exclusão social

ESCOLA

Nome do estabelecimento de ensino

Secundária C/3º CEB de Viriato

Nome das Professoras

Filomena Pires e Ana Capelo

ALUNOS

Nome

1º- Hélder Manuel Rodrigues Parreira

2º- André Ricardo Coelho Marques

Data de Nascimento

1º	09	10	1992
2º	15	03	1992

Dia, mês, ano

Ano lectivo em que estão matriculados

1º	10º
2º	10º



Instituto Português da Juventude, I.P.

CONCURSO EUROSCOLA

EDIÇÃO 2009/2010

Tema – Luta contra a pobreza e exclusão social

TRABALHO:

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século pois colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos Seres Humanos.

Segundo a ONU, morrem por ano mais de 36 milhões de pessoas devido à falta de alimentos, em média, 70 por minuto: um verdadeiro crime contra a Humanidade, sem castigo ou punição.

A pobreza afecta as pessoas de muitas outras formas, estando associada à exclusão social. São pobres e excluídos muitos homens, aos quais são negados direitos básicos de cidadania, como o direito ao trabalho e a apoios imprescindíveis à inserção, ao exercício dos direitos cívicos e à participação na vida social e cultural. São pobres os idosos sem direito a uma habitação condigna, os imigrantes sem direito a identidade. São pobres as pessoas portadoras de deficiência discriminadas e maltratadas. Mas os mais pobres de todos estes pobres, os mais excluídos, são sempre as mulheres, muitas delas a viver em pobreza laboral, sem a dignidade que é devida a qualquer ser humano.

Entre os objectivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000, encontramos como meta a atingir até 2015, a redução da pobreza extrema para metade. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa, assumiu também esta problemática como central no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego. A estratégia de Lisboa, lançada em Março de 2000, convidou os Estados-Membros e a Comissão a tomarem medidas até 2010, “com impacto decisivo no que respeita à erradicação da pobreza”.

As estatísticas não são animadoras. Em 2000, cerca de 40 milhões de pessoas na União Europeia enfrentavam situações de pobreza persistente. Em 2005, 19 milhões das crianças da União Europeia corriam risco de pobreza. Em 2006, 16% do total da população comunitária vivia abaixo do limiar da pobreza. Em 2007, 79 milhões de europeus viviam em risco de pobreza, havendo em vários países indicadores que apontam para um aumento do número de pessoas a enfrentarem graves obstáculos no acesso ao emprego, à educação, a estruturas sociais e a serviços financeiros. Apesar da União Europeia ser uma das regiões mais ricas do mundo, quase um quinto da sua população não tem os meios necessários para satisfazer as necessidades mais básicas. Na realidade, o objectivo europeu não foi atingido e qualquer europeu deve sentir-se envergonhado perante esta realidade dramática.

Comer carne ou peixe dia sim, dia não, é uma impossibilidade para 9% da população europeia. Deste grupo fazem parte os sem-abrigo, os desempregados, tal como as pessoas



CONCURSO EUROSCOLA

EDIÇÃO 2009/2010

Tema – Luta contra a pobreza e exclusão social

que trabalham, mas não ganham o suficiente para se alimentarem. E tudo isto acontece num tempo em que, devido aos avanços da ciência e da técnica, a capacidade de produção de bens alimentares nunca foi tão grande. Num tempo em que, sabemos, centenas de toneladas desses mesmos bens são destruídos e colocados no lixo.

Sentimo-nos envergonhados sobretudo quando confrontados com os dados portugueses. Entre nós a pobreza abrange perto de 2 milhões de pessoas e a repartição do rendimento e da riqueza é das mais desiguais da União Europeia. Os 20% mais ricos têm um rendimento 6,1 vezes superior ao dos 20% mais pobres. Em 2000, 10% das famílias detinha cerca de 74% dos activos financeiros.

A nossa realidade continua muito marcada pela incidência da pobreza nas pessoas idosas. São visíveis progressos ao nível das medidas de segurança social implementadas, que contribuíram para diminuir o risco de pobreza de mais de 30%, no início da década, para 22% em 2008. Entre os grupos igualmente vulneráveis, encontram-se os imigrantes que, dadas as difíceis condições de inserção, merecem forte intervenção. Também a população portadora de deficiência, enfrentando uma multiplicidade de problemas, apela a uma aposta premente e reforçada, que lhe garanta a dignidade tantas vezes recusada. A pobreza e a exclusão social femininas têm causas e consequências específicas que merecem particular atenção.

Mas a pobreza, na Europa e entre nós, não se confina às pessoas que são hoje inactivas. O emprego não evita a pobreza. O risco de pobreza laboral tem oscilado entre 10 e 14% da população empregada, devido a baixos salários e qualificações, emprego precário, trabalho a tempo parcial involuntário. Segundo um estudo do Banco de Portugal, entre 25 a 30% da população pobre em 2005/2006, exercia regularmente uma profissão. Um estudo realizado pelo CESIS, revela que 47% da população portuguesa já passou por situações de pobreza pelo menos um ano da sua vida.

Também os jovens parecem ser particularmente afectados pelo desenvolvimento de novas formas de pobreza, sobretudo os que ocupam postos de trabalho com baixas qualificações. A taxa de desemprego juvenil é o dobro da taxa global, a precariedade atinge cerca de 40% no grupo dos 25-29 anos e muitos jovens ganham valores da ordem do salário mínimo. É muito importante investir na educação e na formação, mas esse investimento, por si só, não resolve o problema. Muitos jovens licenciados vivem hoje situações de pobreza.

O *Ano Europeu de Combate à pobreza e à Exclusão Social*, instituído pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, é uma oportunidade para reflectir sobre tudo isto,



CONCURSO EUROSCOLA

EDIÇÃO 2009/2010

Tema – Luta contra a pobreza e exclusão social

para procurar soluções que permitam alterar uma situação reconhecidamente desumana. O que é preciso fazer?

Do nosso ponto de vista, é necessário investir em emprego sustentável e aumentar os salários dos trabalhadores, sobretudo daqueles que auferem o salário mínimo. Outro dos problemas que verificamos, principalmente em Portugal, é a excessiva centralização. Parece-nos ser de grande relevância investir nas iniciativas de desenvolvimento local, procurando atenuar as diferenças entre litoral e interior e a prevenção das políticas exercidas pelos governos. É necessário, também, que os governos dêem mais atenção aos povos do que a si próprios.

Se tomarmos como referência a Resolução do Parlamento Europeu de 19 de Fevereiro de 2009, encontraremos talvez um caminho a adoptar. Segundo esta resolução, a economia social combate os múltiplos desequilíbrios do mercado de trabalho, sobretudo através do apoio ao emprego feminino, institui e presta serviços de proximidade, contribui para o desenvolvimento local e a coesão social. Ela “promove a cidadania activa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica”. Ela assenta em valores e desenvolve métodos específicos, relativamente aos quais muito teríamos que aprender. Ela pode assumir um papel fundamental na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa, de crescimento económico sustentável e pleno emprego.

Em muitos locais do nosso país, são as associações e as cooperativas quem melhor promove a inclusão social activa, recomendada para o espaço comunitário. São microempresas ou pequenas e médias empresas, que garantem a fixação das populações, promovem a diversidade e a consequente sustentabilidade. Parece-nos, por isso, que devem ser devidamente apoiadas. Consideramos ainda que a dinamização de iniciativas de desenvolvimento local deve ser incentivada. É preciso apostar na promoção de produtos e serviços próprios do local, apostar na diferença. Deste modo poderá ser dada atenção prioritária aos grupos mais desfavorecidos, promover a igualdade de género.

Por fim, falamos de três palavras-chave: **integração, protecção e prevenção**. O grande desafio que a Europa colocou a si mesma neste ano de 2010, deve atender a que, só uma política que integre estas três dimensões pode ser verdadeiramente eficaz.

Acreditamos que a pobreza não é uma fatalidade e por isso pode ser erradicada conferindo ao espaço comunitário a dignidade que os valores europeus exigem.

